
Resenhas

RAPOPORT, Mario & CERVO, Amado Luiz (orgs.). **El Cono Sur. Una historia común**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002, 368 p. ISBN: 950-557-509-2.

Relançado em edição revista e ampliada pela Editora Fondo de Cultura Económica, **El Cono Sur. Una historia común (História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan, 1998) amplia a oportunidade oferecida ao público das relações internacionais de conhecer uma nova história da América Latina, contada de forma conjunta por alguns dos mais renomados pesquisadores brasileiros e argentinos, como Amado Luiz Cervo, Mario Rapoport, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Eduardo Azcuy Ameghino, Edmundo A. Heredia e Francisco Doratioto.

No momento em que mudanças políticas e econômicas fundamentais surpreendem os principais países latino-americanos, os trabalhos apresentados pelos autores servem como uma resposta às indagações muitas vezes feitas pelos tomadores de decisão a respeito da importância da renovação e aprofundamento dos laços de integração regional como forma de recuperação dos rumos do desenvolvimento.

Ao reconstruir a história social, política e econômica do *Cone Sul*, do século XVII aos nossos dias, os autores colocaram-se como desafio maior o de livrar a história de velhos preconceitos e vícios ligados seja à existência de rivalidades eternas, seja a visões comandadas por batutas nacionalistas, para que assim pudessem expor o jogo de forças regionais deste subsistema, analisar a inserção internacional dos países na economia liberal capitalista e revelar a natureza e vertentes históricas do processo de integração regional.

Nesse processo, demonstram os autores que ao longo dos anos foi-se tecendo lentamente uma trajetória histórica comum entre os latino-americanos, a qual levou, por sua vez, a que alguns dentre esses países fossem atados de maneira particular, a ponto de poderem ser identificados enquanto grupo e reconhecidos como pertencentes ao *Cone Sul*.

Em capítulo inédito, anexado à nova edição, explica-se que não apenas por terem uma geografia comum – solidamente marcada por rios, bacias, cordilheiras e oceanos –, mas por terem *problemas comuns*, além de *percepções comuns* a respeito desses problemas, distintas das repercussões sentidas em outras partes do mundo, é que Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai participam deste subsistema, composto ao mesmo tempo por forças de atração e de repulsão, e por momentos de concertação e de confrontação.

Extraí-se desta história compartilhada que a incorporação das referidas nações à economia e ao sistema político mundial, a partir da segunda metade do século XIX, foi fator fundamental na caracterização da região latino-americana, a qual passou a ser entendida segundo os interesses que perseguiram os centros de poder da época. Por outro lado, o processo de superação de formas débeis de Estado, exigido pelo desenvolvimento do capitalismo como economia de escala mundial, iria gerar ao mesmo tempo transformações internas e externas destas novas unidades políticas, com vista a unificar espaços econômicos e garantir a circulação de capitais e mercadorias, sem contudo impedir a impulsão de fatores regionais de conflito.

Nesse sentido, ao se iniciar o século XIX, aspirações, interesses e sonhos futuros uniam o continente e conduziam seus líderes em direção à revolução da independência. Ao longo do século XIX, porém, tais anseios comuns foram transformados em projetos políticos baseados no exercício do poder, considerados necessários para a construção das novas unidades políticas. Por sua vez, alguns dos projetos políticos iniciais foram transformados, como no caso de Buenos Aires que, devido principalmente às resistências geradas pelas tradições locais, à falta de consenso entre os líderes, da ausência de tradição de cooperação entre as cidades, passou da “Grande Argentina” à “Pequena Argentina”.

Nesse movimento de autonomização e fortalecimento do Estado, o expansionismo derivado das visões e ambições do Rio de Janeiro e de Buenos Aires exerceu um papel transformador das fronteiras regionais, mais importante que o exercido pelas grandes potências da época, interessadas em inserir idéias liberais e manufaturas, cada vez mais abundantes devido aos avanços industriais. Tal fenômeno expansionista, de base político-militar – do qual é exemplo a guerra travada, a partir de 1864, entre Paraguai e a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai –, expressava igualmente esta necessidade de ser autônomo e forte perante o outro, de se munir de um poder central capaz, sobretudo, de fazer prova da capacidade de se organizar e de assegurar a continuidade do processo de acumulação capitalista.

Se naquela época as trocas comerciais foram usadas para consolidar o processo de independência dos Estados, na atualidade esta autonomia é usada para a integração dos mercados; ou seja, se durante a época da independência o esforço das autoridades locais em controlar o mercado era um fator desestabilizador na região, hoje este mesmo esforço converteu-se em um poderoso fator de integração.

Ao longo do século XX, e após superadas as principais dissidências territoriais, as relações entre os países da região passaram a melhorar sensivelmente, apesar de que tais esforços de aproximação não conseguiram evitar momentos de tensão. Novas questões girariam em torno da capacidade dos países da região em conduzir seus projetos desenvolvimentistas de forma que as idéias de integração

pudessem estar em consonância com as novas necessidades de internacionalização dos sistemas produtivos do capitalismo.

Atualmente, a criação de grupos regionais mostra claramente a decisão dos países de conquistar, mediante uma crescente unificação de seus espaços econômicos, maior autonomia e independência não em relação ao outro, mas em relação às forças que compõem o cenário internacional.

Neste contexto, a democracia passa a representar um valor ao qual não se pode renunciar, já que da estabilidade política depende o próprio êxito das negociações para conformação de espaços comuns.

Enfim, **El Cono Sur. Una historia común** é uma obra que não pretende esgotar os temas de interesse e preocupação da região, mas que consegue restaurar antigas questões incorporadas à construção do novo paradigma do mundo globalizado do século XXI.

Danielly Silva Ramos

DUPAS, Gilberto & VIGEVANI, Tullo (orgs.). **Israel-Palestina: a construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: Editora Unesp, 2001, 322 p. ISBN: 85-7139-377-X.

Há algo singular na apreciação das relações internacionais contemporâneas e na história das relações internacionais do século XX. Apenas um tema tem sido ultrapassado, em volume e proporção quantitativa, pelo estudo das questões Israel-Palestina: a Grande Guerra de 1914-1918. Isso evidencia algo a nos induzir a uma forte preocupação: mais do que a paz, como lembram os clássicos realistas, a guerra é ainda o cerne a dar fundamento epistemológico às relações internacionais.

Nesse sentido, à primeira vista, pareceria que o livro organizado por Dupas e Vigevani padeceria da síndrome do sucesso do tema em voga ou da pouca criatividade recorrência ao lugar comum, ao já dito, ao já qualificado. Em outras palavras, ao *déjà vu*. Mas não é isso o que emerge ao longo da leitura da coletânea conduzida pelos colegas paulistas. O conflito Israel-Palestina é posto em tela de uma maneira original, no esforço teleológico da busca de caminhos da paz. Os autores, ao aceitarem o desafio, não reificam a guerra, mas a desconstroem, de fato, por meio de múltiplos olhares e binóculos distintos, mas a partir da mesma colina: a da vontade de celebrar a convivência de contrários.

Dupas chama logo a atenção para o fato de que o livro é estruturado a partir de um seminário organizado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, datado, ademais, ao ano 2000. Isso não torna a avaliação atrasada no tempo. Ao contrário, a leitura das relações Israel-Palestina, em tempos menos sombrios que o